

CENTRO UNIVERSITÁRIO MÁRIO PONTES JUCÁ - UMJ
Curso de Graduação em Pedagogia

Rebeca Eduarda Oliveira Cristovam de Albuquerque
Williane Laurentino da Silva

A CONCEPÇÃO DE CRIANÇA NA PERSPECTIVA HISTÓRICO CULTURAL

MACEIÓ - AL
2023.1

**REBECA EDUARDA OLIVEIRA CRISTOVAM DE ALBUQUERQUE
WILLIANE LAURENTINO DA SILVA**

A CONCEPÇÃO DE CRIANÇA NA PERSPECTIVA HISTÓRICO CULTURAL

Artigo científico apresentado ao Centro Universitário Mário Pontes Jucá, como parte das exigências do Curso de Graduação de Pedagogia, para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia. Aprovado em: __/__/__

Orientadora: Prof.^a Me. Marcia Susana Gonçalves Lima

MACEIÓ - AL

2023.1

A CONCEPÇÃO DE CRIANÇA NA PERSPECTIVA HISTÓRICO CULTURAL

Marcia Susana Gonçalves Lima¹
Rebeca Eduarda Oliveira Cristovam de Albuquerque²
Williane Laurentino da Silva³

Resumo: Este estudo buscou analisar as concepções de criança presentes na teoria histórico-cultural, com ênfase no desenvolvimento e aprendizagem infantil na perspectiva histórico-cultural de Lev Vygotsky, teórico renomado na psicologia. Além disso, também foram investigados documentos oficiais da educação brasileira, como as Constituições Federais, O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). A pesquisa teve como objetivo analisar as contribuições da teoria histórico-cultural para o entendimento do desenvolvimento e aprendizagem infantil e a relevância do tema para o contexto atual. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa bibliográfica baseada no Psicólogo e teórico Vygotsky, que permitiu fazer um recorte sobre os processos de desenvolvimento e aprendizagem das crianças. Esses processos são de grande importância para toda a vida do sujeito, pois as crianças precisam aprender a se relacionar com as diferentes culturas presentes no cotidiano. As informações obtidas permitiram uma reflexão sobre a importância dos contextos históricos nas quais as crianças estão inseridas, mostrando que é indissociável estudar a concepção de criança sem mencionar o seu desenvolvimento e aprendizagem. Em resumo, o presente trabalho destaca a importância de se estudar as concepções de criança na teoria histórico-cultural, levando em consideração os processos de desenvolvimento e aprendizagem e sua relevância para o cenário educacional atual.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Aprendizagem- Teoria histórico cultural. Criança.

Abstract: This study aimed to analyze the conceptions of children present in the historical-cultural theory, with an emphasis on child development and learning from Lev Vygotsky's historical-cultural perspective, a renowned theorist in psychology. In addition, official documents from Brazilian education, such as the Federal Constitutions, the Child and Adolescent Statute (ECA), the Law of Guidelines and Bases (LDB), and the National Curricular Guidelines for Early Childhood Education (DCNEI), were also investigated. The research aimed to analyze the contributions of the historical-cultural theory to the understanding of child development and learning, as well as the relevance of the topic to the current context. The methodology used was a qualitative bibliographic research based on the psychologist and theorist Vygotsky, which allowed for a focus on the processes of children's development and learning. These processes are of great importance for the individual's entire life, as children need to learn to relate to the different cultures present in everyday life. The

¹ Professora do curso de Pedagogia da UMJ. Graduada em Pedagogia e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alagoas- UFAL. Email: marcia.lima@umj.edu.br

² Graduanda do Curso Superior em Pedagogia pela Universidade Mário Pontes Jucá - UMJ.. E-mail: rebecalbuque@gmail.com

³ Graduanda do Curso Superior em Pedagogia pela Universidade Mário Pontes Jucá - UMJ.. E-mail: willianelaurentino4@gmail.com

information obtained allowed for a reflection on the importance of the historical contexts in which children are inserted, showing that studying the conception of children without mentioning their development and learning is inseparable. In summary, the present work highlights the importance of studying the conceptions of children in the historical-cultural theory, considering the processes of development and learning and their relevance to the current educational scenario.

Keywords: Development. Learning- Historical-cultural theory. Child.

1 INTRODUÇÃO

O estudo sobre o desenvolvimento e a aprendizagem infantil nos remete a diversas teorias, conceitos e explicações. Atualmente, coexistem diferentes perspectivas teóricas que buscam explicar o fenômeno, algumas abordagens mantêm uma relação de oposição, outras de tensão, outras, de complementaridade.

Para o delineamento de uma base conceitual, há a necessidade constante de estudos, ampliação do campo de conhecimento e uma postura dialógica de grande complexidade que articula diferentes áreas do conhecimento, dentre elas, podemos destacar a Psicologia e a Pedagogia, as quais se ocupam de apoiar a busca por respostas e produção de conhecimentos.

Diante do vasto universo teórico para o entendimento, definição e caracterização sobre o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças, esta pesquisa fez um recorte tomando como pressuposto a compreensão de que a criança de fato possui um conhecimento vasto, e que se desenvolve através de como é incentivada. Nesta pesquisa, parte-se do pressuposto de que a criança da Educação Infantil é um ser concreto, integrante de uma cultura, e que, ao ingressar em uma instituição educacional, traz consigo um repertório de conhecimentos os quais devem ser respeitados e ampliados.

Nesse sentido, a pesquisa analisa como o desenvolvimento e a aprendizagem infantil é caracterizada, amparadas nos estudos e pesquisas do teórico Lev Semiónovich Vygotsky, ao qual auxiliam no entendimento sobre o desenvolvimento e as aprendizagens infantis na perspectiva histórico cultural. O ponto essencial da pesquisa é baseado na atribuição do desenvolvimento das funções mentais superiores e elementares, nas quais são responsáveis pela assimilação dos signos,

sentidos e significados, é através desses aspectos que as crianças pequenas conseguem controlar seus comportamentos e iniciar o processo de maturação psíquica.

Outro ponto essencial para a criança pequena são os marcos legais que ocorreram, levando os pequenos a serem protagonistas de suas trajetórias, nesse sentido, para entendermos o desenvolvimento e as aprendizagens infantis na perspectiva histórico-cultural, é importante lançar um olhar para a Educação Infantil pós-Constituição de 1988, considerada um dos grandes marcos legais resultante de intensa mobilização social, na qual se reconheceu a Educação Infantil como uma extensão do direito universal à educação de todas as crianças.

No cenário atual, a Educação Infantil é entendida, no art. 5º das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, como:

A primeira etapa da Educação Básica, oferecida em creches e pré -escolas, espaços institucionais não domésticos, públicos ou privados, que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial. Regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (BRASIL, 2009).

Na tentativa de estabelecer uma relação com o atual contexto destacamos Krammer (2016), que afirma que, mesmo com as mudanças legais, as estratégias adotadas para essa etapa da educação ficam longe do objetivo da realização de um atendimento capaz de contemplar as especificidades das crianças pequenas, visto que, algumas instituições de ensino ainda utilizam o método tradicional de ensino, não respeitando e não tendo conhecimento suficiente acerca das particularidades existentes em cada um, e os processos de desenvolvimento das crianças.

Quando falamos em desenvolvimento e aprendizagem de crianças, surgem várias dúvidas de como esses processos se dão, quais fatores são responsáveis por isso no contexto atual, como também nos tempos que antecedem a concepção de criança que se tem hoje. Nossa motivação surgiu ao questionar o que teria acontecido para que as crianças chegassem ao seu estado atual, ou seja, tendo em vista o processo que ocorreu em todo tempo histórico, para que elas sejam vistas como um ser de direitos, que possui escolhas e que aprende e se desenvolve através do meio em que está inserida.

Durante o processo formativo, sobretudo na Psicologia da Educação, vimos a criança como um sujeito participante do mundo em que está introduzido e aprendendo de acordo com ele. Em algumas aulas foi possível notar diferentes

teorias de como a criança se desenvolvia, nessa disciplina nos foi apresentado a teoria socio interacionista de Vygotsky, ao qual alinhava as aprendizagens e desenvolvimento às interações sociais.

Nesse ponto de vista surgiu o questionamento: como as crianças se desenvolvem e aprendem? A teoria sociointeracionista é relevante para o cenário atual? Qual o processo mental que as crianças necessitam vivenciar para que seja possível ter um desenvolvimento integral?

Podemos observar que a criança possui fases em que passa no decorrer de sua infância, para que chegue ao seu “estágio final”, ou seja, desde o momento em que ela nasce e entra em contato com o mundo, o desenvolvimento e a aprendizagem dela vai surgindo. A criança é o centro de todos os estudos e pesquisas que fizemos, portanto, entender suas concepções ao longo do tempo, as mudanças que houveram em relação a esse pensamento, e como se dá o desenvolvimento dela em um sentido mais profundo e amplo, nos fizeram iniciar as pesquisas e interesses por esse assunto.

Este trabalho teve como finalidade a realização de um estudo sobre a concepção de criança na teoria histórico-cultural com ênfase no desenvolvimento e aprendizagem infantil com o objetivo de identificar como se dão os processos de desenvolvimento na infância e quais os processos sociais que levaram a sociedade a entender a criança como um ser de direitos.

Para o presente trabalho foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa de cunho bibliográfico baseado nos estudos do teórico Lev Semiovich Vygotsky. Marconi e Lakatos (2010) explicam que a abordagem qualitativa se trata de uma pesquisa que tem como premissa, analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento. Já a pesquisa bibliográfica segundo Lakatos e Marconi (2001, p. 183):

[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...].

Dessa forma, o trabalho buscou estudar e compreender as concepções presentes nos estudos teóricos de vygotsky, levando em consideração todo o

contexto do tema, analisando e tentando estabelecer uma possível ligação entre o objeto de estudo e o cenário atual, como forma de manter uma relação dialógica entre a teoria e prática desenvolvida no ambiente educacional.

2 A CONCEPÇÃO DE CRIANÇA: BREVE HISTÓRICO

Na atualidade é exigido que se tenha conhecimento acerca da infância na busca da garantia dos direitos das crianças assegurados pela legislação brasileira, principalmente na educação.

Para isso, é importante reconhecer os avanços com uma linha do tempo que permita identificar e analisar como as crianças eram vistas e como eram tratadas e educadas anteriormente, aqui tendo como ponto de partida o século XVIII, período de grandes rupturas no contexto social, principalmente, com a revolução industrial, ponto inicial de análise de reflexão.

A revolução industrial aconteceu por volta do século XVIII, trazendo muitas mudanças para a sociedade, e uma delas foi a expansão comercial, resultando em uma grande produção de mão de obra prima. Necessitando cada vez mais de um grande número de mão de obra barata, a criança era concebida como um ser apto para o trabalho nas fábricas e campos, por não haver distinções de adulto e criança, cabia a elas aprender toda a rotina dos adultos, trabalhos e atividades do dia a dia. Dessa forma, diante da dificuldade de se manter financeiramente naquele período, muitos pais não havendo outra escolha, concordaram em colocar seus filhos em longas jornadas de trabalho, a fim de trazer o sustento para o seu lar, ou seja, a concepção que se tinha nesse período é que a criança também era um sujeito de responsabilidades, e que poderia contribuir para o crescimento do comércio, e complementação da renda da família.

Assim, a infância durante muito tempo foi negada, tratavam como um período de vida como qualquer outro e acreditavam que as crianças eram adultos em miniatura. Outro ponto importante é que os cuidados pré e pós natal não existiam trazendo uma taxa elevada de mortalidade infantil naquela época, os pais não tinham acolhimento e nem carinho pelas crianças, assim como não tinham tempo para os cuidados básicos que precisavam.

No século XIX ocorreu uma mudança na compreensão e entendimento sobre as infâncias, pois foi ao final do século XIX começaram a olhar para a criança como ser puro, e frágil, dessa forma acreditava-se que a criança precisava ter o conhecimento moral, ou seja, elas precisavam aprender a viver em sociedade. Essa ideia de moralização fez surgir internatos e escolas para elas com o objetivo de prepará-las para a sociedade. As escolas e internatos naquela época tinha o caráter apenas moralista, não cabiam às crianças conhecimento crítico, pois o objetivo era que elas seguissem as regras impostas pela sociedade.

Apenas no século XX, a ONU aprova os direitos das crianças, e a partir daí os pequenos passam a ser considerados sujeitos de direitos, e começa a se construir a ideia de afeto, vínculo, o sentimento de proteção e a educação dos pequenos como uma grande importância. A declaração dos direitos das Crianças em Genebra, de 1924, e reconhecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê em seu princípio 7º:

A criança terá direito a receber educação, que será gratuita e compulsória pelo menos no grau primário.
Ser-lhe-á propiciada uma educação capaz de promover a sua cultura geral e capacitá-la a, em condições de iguais oportunidades, desenvolver as suas aptidões, sua capacidade de emitir juízo e seu senso de responsabilidade moral e social, e a tornar-se um membro útil da sociedade. [...]

Já no Brasil a criança ainda passou por um grande processo para ser considerada um ser de direitos, pois as crianças que não eram financeiramente favoráveis iam trabalhar com seus pais na lavoura, e conseguiam desenvolver pequenas atividades com supervisão dos pais. Os pais economicamente melhores destinavam seus filhos para as escolas, enquanto os mais pobres não conseguiam ter essa igualdade. Essa realidade seguiu até a metade do século XX, através da revolução industrial e a abertura de empregos para as mulheres, muitas famílias começaram a pensar em ter uma quantidade menor de filhos, já que não teriam condições de mantê-los financeiramente.

Esse fator contribuiu para que os pais comessem a ter uma atenção maior aos filhos, aos cuidados com a saúde, higiene e educação. Alguns pais começaram a preocupar-se com a educação de seus filhos, nessa perspectiva, o Brasil teve um avanço considerado importante para a educação dos pequenos através da Constituição Federal de 1934 que dispõe em seu Capítulo do título V:

II Art. 149 A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana. (BRASIL,1934).

Após a Constituição de 1934, ficou declarado que a educação era um direito de todos e estabelece a criação de sistemas educativos que favoreçam brasileiros e estrangeiros que residem no país. Um novo texto passa a ser elaborado após o ano de 1934, dando início a nova constituição de 1937, nesse novo texto não aponta nenhuma preocupação e nenhuma alteração para o ensino público.

Em 1946, a educação volta a ser definida como direito de todos, prevalece a ideia da educação pública e gratuita, em seu Art. 176 prevê no inciso II: o ensino primário é obrigatório para todos, dos sete aos quatorze anos, e gratuito nos estabelecimentos oficiais; [...]

Entretanto, a criança passa a ser de fato um ser de direitos perante a sociedade a partir da Constituição Federal de 1988 que prevê no Art. 15: A criança e ao adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. Assim como também estabelece o dever que a sociedade tem perante os indivíduos através do artigo 227 que diz:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL,1988).

Após muita luta, a fim de proteger a criança em seu desenvolvimento e garantir que elas tenham direito a uma qualidade de vida melhor, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) proíbe o desempenho de qualquer atividade laboral por menores de 16 anos, podendo o adolescente trabalhar como aprendiz a partir dos 14 anos.

Dessa forma, o trabalho infantil passou a ser considerado exploração, e um crime cometido contra as crianças e aos seus direitos garantidos na constituição e no estatuto da criança e adolescente. O ECA ainda assegura, a efetivação dos direitos fundamentais das crianças referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao

respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, fazendo uma ligação com os direitos e deveres do estado com as infâncias.

A partir de uma nova concepção de criança e a determinação de novos direitos educacionais e qualidade de vida, a Lei de Diretrizes e Bases é criada em 1996 com o intuito de estabelecer políticas educacionais para os pequenos, dessa forma a Lei visualiza a criança como um ser de direitos, assim como nos documentos anteriores, como a Constituição Federal de 1988. Nessa perspectiva, a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/96) acrescenta e determina a educação como um direito da criança em seu Art. 29:

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996).

Outra conquista considerada de grande importância é a criação das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (DCNEI), é a partir desse documento que se estabelecem diretrizes para que todos tenham garantidos uma educação de qualidade. Nessa perspectiva de promover uma educação justa, as DCNEI ampliam seu olhar sobre a criança, e enfatiza a concepção que o documento caracteriza os pequenos:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2009).

Conforme vimos ao longo do texto, a criança é um ser de direito antes mesmo do nascimento, e é dever do estado garantir o direito à vida, à saúde, a proteção entre outros direitos considerados de grande importância para esse pequeno indivíduo, cheio de direitos, e que possui uma grande trajetória histórica na sociedade, para que hoje possa desfrutar de cada direito garantido a elas foram preciso muitas lutas.

Atualmente, as infâncias são compreendidas como algo importante, e que precisa de todo reconhecimento, respeito e garantia dos direitos ofertados, portanto é dever do estado oferecer meios e condições para que cada indivíduo tenha oportunidades de desenvolver-se plenamente.

3 A PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL NA EDUCAÇÃO

A teoria histórico-cultural constitui-se como uma vertente da Psicologia, desenvolvida na União Soviética nas décadas iniciais do século XX. Essa teoria afirma que na presença de condições adequadas de vida e de educação as crianças se desenvolvem intensamente, ou seja, apresenta que há uma relação direta entre pessoa e contexto no processo de desenvolvimento.

Os autores responsáveis por essa teoria, autodenominavam sua corrente como histórico-cultural, pois parte do pressuposto de que o homem é um ser de natureza social, ou seja, o sujeito não nasce com dons, e sim as habilidades são desenvolvidas de acordo com as condições de vida, materiais, e de educação a que são submetidos de acordo com a cultura que têm acesso.

Anteriormente pensava-se que o ser humano ao nascer já carregava as aptidões, habilidades, e capacidades que teria quando adulto. Por outro lado, a teoria afirma que a criança nasce com a potencialidade para aprender outras potencialidades; com aptidão para aprender aptidões; com a capacidade ilimitada de aprender e que nesse processo a criança desenvolve-se cognitivamente.

Por isso, tem destaque a concepção histórico-cultural na superação dessa visão anterior e apoiando o trabalho escolar no sentido de que, todo o desenvolvimento necessita de um processo, dessa forma, a educação surge como uma grande aliada na mediação entre conhecimento e o sujeito. É nesse processo de apropriação do conhecimento que é intensificado as habilidades, capacidades e aptidões necessárias para o processo de aprendizagem que cada criança necessita para a vida em sociedade.

Diante do exposto, podemos observar que todo desenvolvimento necessita de um ato educativo e que, para utilizarmos alguns objetos do nosso cotidiano precisamos primeiramente aprender a usá-los, desse modo o papel da educação é garantir condições que possibilitem a assimilação dos elementos culturais presentes no seu cotidiano, e a partir dessa assimilação possam desenvolver ao máximo suas inteligências.

Quando se trata do estudo dessa teoria, há um teórico de destaque chamado Vygotsky. Esse teórico foi um psicólogo que desenvolveu vários estudos relacionados à aprendizagem e o desenvolvimento advindo das interações sociais que o indivíduo tem durante esse processo. Esses estudos acarretaram em uma corrente de pensamento na qual foi chamada de Sócio Construtivismo, que resulta na interação entre linguagem, cultura e o meio social para o psiquismo humano.

Segundo Vygotsky, o desenvolvimento cognitivo do aluno se dá por meio de relações sociais, de sua interação com outros indivíduos e com o meio em que vive, ou seja, as relações do indivíduo com a cultura e a condição no qual está inserido é essencial, visto que na ausência desse contato, não haverá situações favoráveis que possam promover e permitir o aprendizado.

A concepção que se tem é que o ser humano aprende através das situações que vive, dos momentos históricos e a cultura que tem acesso. Dessa forma, essa concepção traz à tona que toda a cultura que o indivíduo carrega é importante para o mediador do conhecimento, e para o indivíduo, para que tenha a compreensão do objeto de ensino e possa se relacionar com o mundo em que vive. Essa concepção é de grande relevância para o trabalho do professor, pois através dela é possível fazer uma ponte que interliga a criticidade e a bagagem cultural de cada um. Conforme Vygotsky, a linguagem oral, o pensamento, a memória, o controle da própria conduta, a linguagem escrita, o cálculo, antes de se tornarem internas ao indivíduo, precisam ser vivenciadas nas relações entre as pessoas [...] (MELLO, 2000, p.31).

Nesse ponto de vista, o papel do educador é intervir provocando uma opinião, um conhecimento, e uma compreensão crítica acerca do objeto de estudo, é relevante levar em consideração que a ação do educador é de suma importância para o processo educativo pois, o objetivo dos educadores é descobrir formas de garantir que as crianças tenham oportunidades de conhecer os objetos da cultura a qual pertencem e garantir que o uso social de determinados conhecimentos seja alcançado.

Na perspectiva de aprendizagem e desenvolvimento, Vygotsky menciona uma análise das condições de desenvolvimento cognitivo e aprendizagem, e aponta processos fundamentais no qual as crianças passam, nesse sentido é relacionado às concepções de Zona de Desenvolvimento Real e Zona de Desenvolvimento Proximal, a que são atribuídas condições para que os pequenos se desenvolvam.

A zona de desenvolvimento real de acordo com Vygotsky é a capacidade da criança fazer atividades de forma independente e autônoma, ou seja, tudo aquilo que a criança faz sem precisar de ajuda de terceiros. Esse nível de desenvolvimento expressa o nível de conhecimento e desenvolvimento consolidado. Por exemplo, as crianças que já sabem nomear as cores e os numerais estão em um nível de desenvolvimento real, embora não compreendam a sua funcionalidade no cotidiano conseguem identificá-los e nomeá-los ao notar em algum ambiente.

No entanto, Vygotsky também apresenta a existência de outro nível de desenvolvimento, nesse nível as crianças aprendem sendo mediados por outros indivíduos que possuem mais conhecimentos e habilidades. Nesse ponto de vista é identificado a importância das relações sociais para a aprendizagem, que nesse caso precisa e deve ser guiada por outra pessoa experiente, independente de idade.

Portanto, o conhecimento é formado a partir da interação social, interferências históricas, culturais e sociais. Esse fenômeno é denominado nível de desenvolvimento proximal, que prevê que, sob orientação de outra pessoa com mais experiência, a criança seja capaz de encontrar soluções para determinadas tarefas, e possivelmente possam realizá-las de forma autônoma posteriormente.

Um exemplo disso é a utilização de diferentes objetos no nosso cotidiano, quando bebês, estamos cercados de inúmeros objetos, ao perceber o adulto manipular tal objeto, a criança desperta uma curiosidade, e é nessa curiosidade e interesse que o adulto demonstra sua utilização para o pequeno, mediando o aperfeiçoamento e o conhecimento através dessa orientação.

Levando em consideração esse nível de desenvolvimento, existem alguns fatores considerados essenciais: um indivíduo com um conhecimento maior que possa orientar e mediar as habilidades necessárias para cumprir determinada tarefa; O segundo fator são as relações sociais que permitem a criança observar e praticar suas habilidades; e o terceiro fator que são as atividades que serão mediadas por um adulto, uma criança com conhecimento maior, ou o professor. Nessa perspectiva, o indivíduo com mais experiência precisa ter o entendimento de estimular a criança para estágios de desenvolvimento ainda não alcançados, pois ao ensinar para os pequenos o que eles já sabem e fazem com a autonomia não haverá aprendizagem e nem desenvolvimento. Da mesma forma que não podemos ensinar além do que a criança é capaz de fazer, ou seja, para além do que ela possa fazer mesmo com ajuda de outra pessoa.

3.1 O desenvolvimento e a aprendizagem na perspectiva histórico cultural

O estudo sobre como a criança aprende e se desenvolve na perspectiva histórico-cultural tem ampla contribuição nos estudos e pesquisas de Vygotsky⁴. Ele foi um importantíssimo contribuidor para a área da Psicologia trazendo novos caminhos para os estudos. Vygotsky junto de alguns seguidores, desenvolveram estudos e pesquisas em busca de uma nova psicologia, baseando-se em duas tendências psicológicas que eram muito fortes.

A primeira era advinda da filosofia empirista, uma ciência natural, entendida como habilidades construídas mecanicamente e a segunda, tem teoria da filosofia psíquica humana idealista, onde acreditava que a vida psíquica humana era uma manifestação do espírito.

Portanto, para Vygotsky o homem é um ser social, histórico e biológico, e estas tendências da psicologia não faziam a compreensão do homem por completo.

Enquanto a psicologia de tipo experimental deixava de abordar as funções psicológicas mais complexas do ser humano, a psicologia mentalista não chegava a produzir descrições desses processos complexos em termos aceitáveis para a ciência. (OLIVEIRA, 1992, p. 23).

Dessa forma, surge então a Psicologia Histórico-Cultural, que tinha como objetivo compreender o desenvolvimento humano desde a infância. Vygotsky acreditava que os processos culturais e biológicos são interligados, ou seja, a humanização do homem ocorre através da cultura e do espaço o qual está inserido. Para ele, cada indivíduo após o nascimento passa por fases de desenvolvimentos das funções psicológicas superiores, essas funções são identificadas como a imaginação, a lógica, o uso da linguagem, abstração, entre outras.

Os estudos de Vygotsky, buscavam fundamentos nos quais possibilitaria compreender o desenvolvimento, e a aprendizagem, tendo como ponto de partida o pressuposto do materialismo histórico dialético, onde Marx afirma que o desenvolvimento ocorre por meio do trabalho.

Nos seus estudos, Vygotsky evidenciou as relações sociais como uma peça fundamental para o processo de maturação psíquica, e para o desenvolvimento de cada indivíduo. Tendo como ponto de partida o desenvolvimento das crianças, ele acreditava que as relações com pessoas com idade superior a elas seria uma peça

⁴ Lev Semenovich Vygotsky nasceu na cidade de Orsha, em 17 de novembro de 1896 e veio a óbito em junho de 1934, padecendo de uma tuberculose.

importante para esse processo, visto que, são portadores de uma cultura na qual a criança está sendo inserida, e na qual terá acesso ao decorrer da vida, no entanto, os pequenos são compreendidos como um ser que projeta os estímulos que lhe são apresentados no decorrer do tempo.

Seguindo essa linha, pode-se ver claramente que as crianças são inseridas nesse processo de desenvolvimento logo nos seus primeiros dias de vida, desde a maternidade, que é quando a criança tem seus primeiros contatos e estímulos com seus pares, portanto, ao adentrar o ambiente escolar elas já carregam consigo uma bagagem cultural imensa, que foram sendo adquiridas ao longo de sua trajetória e suas vivências sociais.

Essa bagagem cultural é compreendida como as experiências nas quais os indivíduos já passaram, nas quais serão levadas por toda a sua vida, essas experiências são denominadas de acordo com Vygotsky como as funções superiores, que são todos os processos mentais aos quais os pequenos passam para que se chegue a um nível satisfatório de aprendizagem e desenvolvimento.

A teoria de aprendizagem e desenvolvimento de Vygotsky, menciona também as funções elementares, essa função é biológica e já nasce em cada indivíduo. A partir do meio social e cultural em que a criança está envolvida essas funções são modificadas e transformam-se em superiores, que é um processo mental necessário para o desenvolvimento na infância, tais como o instrumento, o símbolo, a percepção e atenção, o domínio da memória e pensamento. Ao atingir o controle desses processos mentais a criança será capaz de se desenvolver dentro das suas particularidades, e contexto social que está inserida.

O desenvolvimento infantil começa muito cedo, desde seu nascimento, no cotidiano, através dos cuidados básicos é oferecido muitas influências positivas em seu desenvolvimento, nas conversas, nas músicas cantadas para os bebês, ou seja, o meio em que vive é um fator importante para a construção do conhecimento das crianças. Nessa perspectiva, o adulto tem um papel de destaque nesse processo de maturação psíquica, pois é dele que vêm uma grande variedade de conhecimento, cultura e experiências necessárias para desenvolver esse pequeno ser. Porém, esse processo tem uma grande relevância a partir do desenvolvimento da linguagem, a partir disso, a criança começa a ter uma papel de destaque no seu cotidiano, e consegue dentro de suas possibilidades controlar o ambiente e suas ações. Para Vygotsky:

A criança antes de controlar o próprio comportamento, começa a controlar o ambiente com a ajuda da fala, produzindo novas relações com o ambiente, além de uma nova organização do próprio ambiente. Dessa forma, a criança usa a linguagem a seu favor.

A junção da linguagem com o uso de instrumentos dão origem a atividade simbólica, na qual os pequenos têm a capacidade de compreender os sentidos e significados dos instrumentos oferecidos, dando relevância ao processo de maturação do pensamento. A fala é uma grande aliada da ação, com o uso da linguagem a criança consegue planejar e realizar ações bem sucedidas, visto que, a fala complementa a realização das tarefas difíceis ao ver dos pequenos, eles utilizam a linguagem como forma de planejar o que acontecerá em determinada situação. Seguindo essa linha Vygotsky afirma que:

É muito importante observar que a fala, além de facilitar a efetiva manipulação de objetos pela criança, controla, também, o comportamento da própria criança. Assim, com a ajuda da fala, as crianças, diferentemente dos macacos, adquirem a capacidade de ser tanto sujeito como objeto de seu próprio comportamento.

A linguagem, associada à fala, e ao pensamento, é um fator relevante para as funções psicológicas visto que, é um instrumento de planejar os pensamentos, as ideias, frustrações, raiva, etc. A fala introduz mudanças no cognitivo, reestruturando diversas funções psíquicas, como a percepção, atenção e memória resultando assim no processo de aprendizagem e desenvolvimento infantil, Vygotsky ainda associa a linguagem como uma chave para as funções psíquicas superiores, essas funções têm origem independentes, porém estabelecem uma relação intrínseca..

Os processos de aprendizagem e desenvolvimento não ocorrem no mesmo ritmo, ou no mesmo momento, o desenvolvimento infantil ocorre lentamente se comparado à aprendizagem, ou seja, os dois processos não caminham juntos, não coincidem, entretanto se complementam. No desenvolvimento inicial infantil, há um período pré-linguístico do pensamento e da fala, entretanto, não possuem nenhum vínculo, ainda que sejam independentes, ambos coincidem formando o pensamento verbalizado que é onde a criança passa a expressar suas ideias, e suas opiniões acerca do uso do instrumento.

O desenvolvimento da linguagem como mencionado anteriormente, envolve todo o processo de aprendizagem, uma vez que estabelece meios para que o uso do instrumento e a linguagem afetem as funções psicológicas tais como a atenção, e a

operação sensório motor, essas funções fazem uma relação direta entre a fala, a percepção e atenção das crianças pequenas.

Dessa forma, em seus estágios de desenvolvimento as crianças apresentam características diferentes em relação a percepção e atenção, existem pontos aos quais devem ser mencionados, como por exemplo, ao pedir que as crianças de 2 ou 3 anos de idade imitem ou apresentem características de objetos, imagens ou animais, algumas dificilmente apresentarão sem usar a fala como sua aliada. Por outro ângulo, algumas crianças pequenas conseguem apresentar suas ideias sem a fala, apenas usam como um complemento, é o caso dos bebês menores de 2 anos, aos quais são atribuídos uma fala implícita e usam dos gestos e a função motora para conseguir alcançar seus objetivos e realizar as atividades, daí vem a importância da função sensório-motor ao qual os bebês precisam ter acesso em seus primeiros meses de vida.

A teoria vygotskyana enfatiza o desenvolvimento da memória e pensamento, tornando-os processos fundamentais para as crianças pequenas. Ao desenvolver a capacidade de memorização a criança passa para a fase de maturação psicológica do pensamento, nas quais desenvolve com autonomia atividades que necessitam usar o pensamento lógico e a memorização.

Um ponto importante no desenvolvimento da memória e pensamento nas crianças é o período do faz de conta, onde os pequenos vivenciam por meio de suas brincadeiras características semelhantes a adultos, como vestir a roupa dos pais, usar maquiagens, e imitar algumas falas recorrentes dos pais, também é manifestado o faz de conta com coisas irreais, tais como brincar que uma embalagem de hidratante por exemplo, é uma boneca, ou uma pessoa, esse processo de imaginação, é construído junto à memória e ao pensamento, relacionando seu cotidiano ao faz de conta, é nessa situação que é possível perceber a capacidade da criança solidificar as aprendizagens, tais como perceber características semelhantes de objetos no seu dia a dia, ou até mesmo características de seus pares e depois atuar nas brincadeiras de faz de conta.

Nesse sentido, faz-se necessário que se tenha uma grande atenção às brincadeiras na infância, elas são fundamentais para o desenvolvimento da criança, desde o brincar direcionado, ao livre. Dessa forma podemos compreender que, a criança não aprende sozinha, ela necessita da interação com o meio, com seus pares, com a cultura na qual está inserida, ou seja, é necessário que ela explore o

ambiente, os objetos, conheça a si e o mundo que está rodeada, dessa forma, a criança consegue enxergar-se como um ser ativo perante a sociedade em que vive, capaz de aprender diante de diversas situações, e não somente com a transmissão de conhecimentos, essa fase, portanto, é uma fase de descobertas, de incentivos, e de muito desenvolvimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A teoria histórico-cultural recebeu esse nome em razão da representação de estudos anteriores e posteriores de pesquisas na área da Psicologia. Vygotsky foi um grande representante no que diz respeito à aprendizagem e desenvolvimento quando ele começou a questionar a psicologia que ele chamava de "a velha psicologia" ou seja, aquela que se detinha mais a representar e compreender o processo de desenvolvimento humano que era muito restrito e limitado a tal ponto que todos os seus estudos se voltaram a pensar nas crianças diferentes com dificuldades e que pudessem entender como é que se dava o processo de desenvolvimento humano. Durante suas pesquisas, ele foi se distanciando dessa velha psicologia porque ela compreendia que a cultura e as relações humanas traziam elementos para que cada um dos sujeitos pudesse se apropriar das qualidades humanas a partir das relações sociais, ou seja, a teoria histórica cultural é diferenciada de outras por compreender o homem como fruto da História e da cultura humana.

Nos dias atuais, o professor é o sujeito que irá criar necessidades humanizadoras compreendendo a criança como um sujeito aprendiz que chega à escola com grandes possibilidades de aprendizagem considerando esses desejos fazendo com que haja garantia de que o sujeito aprenda de acordo com que ele já sabe e sua cultura humana para que ele possa se desenvolver ao máximo das suas potencialidades do que se refere a sua inteligência e a sua personalidade. Desse modo, é preciso compreender que a criança tem grandes condições, a partir das suas formações mentais de estar em relação com o outro e consigo mesmo, portanto, o professor deve ser um mediador de acordo com Vygotsky (1998) motivando o aluno para construir o seu aprendizado.

REFERÊNCIAS:

VICENTINI, Dayanne; BARROS, Marta Silene Ferreira. A humanização da criança na educação infantil: implicações da teoria histórico-cultural. **Educação, Santa Maria**. vol 2, n 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/issue/view/1172>. Data de acesso: 15 de Nov. de 2022.

KRAMER, Sonia. Formação e Responsabilidade: escutando Mikhail Bakhtin e Martin Bubber. In: KRAMER, Sonia; NUNES, Maria Fernanda; CARVALHO, Maria Cristina (orgs.). **Educação Infantil: formação e responsabilidade**. Campinas, SP: Papyrus, 2016, p. 309 – 329.

LAKATOS, E. Maria; MARCONI, M. de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica: técnicas de pesquisa**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. Brasília : MEC, SEB, 2010.

MELLO, S. A. Algumas implicações pedagógicas da Escola de Vigotski para a educação infantil. **Pro-posições**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 16-27, mar. 1999.

Ministério da Educação. CNE/CEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf . Acesso em: 15 de Nov. de 2022.

VIGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fonte , 1998.

LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996. BRASIL. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bas es_1ed.pdf. Acesso em: 11 de Nov. de 2022

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1992.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do->

adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021_Digital.pdf.

Acesso em: 10 de Nov. de 2022

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1988, São Paulo: Saraiva, 1996.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**, 1948.

BRASIL. **Constituição federal de 1934**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm acesso em: 9 de Nov de 2022. Acesso em: 10 de Nov. de 2022